

## RESOLUÇÕES DO SEMINÁRIO APROVADAS PELA PLENÁRIA

### ***Encaminhamentos da plenária de entidades que compõem o fórum em defesa dos direitos dos trabalhadores ameaçados pela terceirização, FÓRUM.***

**A plenária de entidades do fórum realizada no dia 15 de agosto de 2014, em Brasília, DF, aprovou as seguintes resoluções:**

Reafirma o Manifesto do FÓRUM em sua integralidade e, em especial, os pilares estruturantes de uma legislação civilizatória, quais sejam: (i) *que vede a locação de trabalhadores e trabalhadoras;* (ii) *que imediatamente proíba a Terceirização nas atividades permanentemente necessárias à Tomadora;* (iii) *que imediatamente assegure a responsabilidade solidária das empresas envolvidas na Terceirização, tanto no setor privado quanto no público;* (iv) *que garanta plena igualdade de direitos e condições de trabalho entre empregados diretamente contratados e trabalhadores terceirizados, com inclusão de mecanismos que impossibilitem a fraude a direitos;* (v) *que assegure a prevalência da norma mais favorável entre os instrumentos coletivos de trabalho que incidam sobre uma mesma empresa;* (vi) *que assegure a representação sindical pelo sindicato preponderante.*

Tendo claro que as medidas e ações até aqui adotadas em contraposição e em resistência ao PL 4330/04 – proposta que, se aprovada, representará uma das maiores reformas precarizadoras dos direitos e das relações do trabalho no Brasil – têm sido eficazes no sentido de brechar sua votação; tendo claro que o espaço do FÓRUM se tem constituído em espaço unificador estratégico das lutas contra o aprofundamento da terceirização; tendo claro que a terceirização é uma das expressões do movimento do capitalismo contemporâneo na sua versão sempre recriando novas formas de contratação da força de trabalho e da redução dos custos do trabalho; tendo claro, nesse sentido, que esse processo de precarização envolve empresas privadas e públicas; tendo claro que, em face do êxito até o momento das ações concretas protagonizadas pelo FÓRUM e pelas entidades que o compõem, a “criatividade do capitalismo” na sua “compulsão” de acumular estimulou os setores econômicos e financeiros deste País a elegerem, neste momento, o Supremo Tribunal Federal, STF, via Repercussão Geral, como espaço de luta para liberar de forma geral a terceirização e como forma de deslegitimar a ação do TST no sentido de colocar freios à sua expansão, da mesma forma em que busca esvaziar a competência dos agentes de regulação do trabalho. Essas questões demandam do FÓRUM novas estratégias para melhor enfrentar a ofensiva do capital, para tanto define como ações fundamentais:

1. Buscar ampliar a participação dos sindicatos e das entidades do Fórum envolvendo mais amplamente todas as Centrais Sindicais, as entidades da sociedade e, nestas, em especial os trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas e precarizadas, os setores jovens, a Academia e os pesquisadores do tema da terceirização, visando a construir a unidade na ação tanto na luta permanente contra a aprovação do PL 4330 e do PLS 87, contra a terceirização;
2. Nessa luta, buscar sensibilizar o STF para que, antes de decidir a questão de fundo das Repercussões Gerais, ouça o FÓRUM e as entidades que o compõem para que possa apresentar aos Ministros as pesquisas e os Dossiês que têm sido feitos a respeito e as reflexões acumuladas sobre o tema, que apontam para as seguintes conclusões em síntese: a Terceirização precariza, adocece, mata e, ao contrário do que é propalado, não melhora os índices de competitividade e de produtividade, consistindo em instrumento de maior precarização, cisão e discriminação do mundo e das relações de trabalho;

3. Nessa luta, buscar apoio das entidades internacionais, tanto sindicais quanto as de direitos humanos, contra a Repercussão Geral;
4. Nessa luta buscar, a realização de uma audiência pública no STF com ampla participação do FÓRUM e de seus integrantes, demandando do seu Presidente e dos Relatores dos recursos a serem julgados em sede de Repercussão Geral que: para essa Audiência seja assegurada a igualdade de condições entre os contrários e os favoráveis e que o FORUM e as entidades que o integram bem como os pesquisadores do tema da terceirização dela participem;
5. Nessa luta, procurar marcar reunião do FÓRUM com o Ministro Presidente do STF e com os Ministros Relatores para entrega das posições do FÓRUM relativamente à Repercussão Geral;
6. Nessa luta, construir um documento com as resoluções do FÓRUM como plataforma para ser entregue aos candidatos à Presidência, ao Senado e à Câmara dos Deputados, condicionando o voto ao cumprimento dessas proposições;
7. Nessa luta, levar o documento com as resoluções do FÓRUM para o Presidente do STF e Ministros e Ministros do TST;
8. Nessa luta, buscar ampliar e fortalecer no âmbito dos partidos políticos e dos parlamentares a luta contra a terceirização e contra os projetos de lei em andamento, afirmando apoio integral ao projeto das centrais sindicais que está na Casa Civil;
9. Nessa luta, encaminhar à Presidenta Dilma documento reafirmando a importância da proposta de lei consensuada pelas Centrais Sindicais no âmbito do MTE até hoje sem encaminhamento, na Casa Civil da Presidência da República, exigindo esse encaminhamento ao Parlamento;
10. Nessa luta, realizar atos públicos em Brasília contra a terceirização, a Repercussão Geral, o PL 4330, o PL 7892/2014 e o PLS 87;
11. Nessa luta, organizar, com as Centrais e os sindicatos, manifestações de massa em todo o território nacional contra a terceirização, o projeto 4330/04 e, o PLS 87, o PL 7892/2014 e a Repercussão Geral, que, na visão do FÓRUM, se julgada procedente representará retrocesso impensável e inaceitável no sentido do retorno aos superados tempos de superexploração e precarização das condições de trabalho próprios da ordem liberal burguesa, com negação das conquistas sociais obtidas contra as leis da dinâmica capitalista;
12. Nessa luta, estimular as entidades do FÓRUM para que ingressem nas Repercussões Gerais como *amicus curiae*, trazendo aos autos elementos sobre os impactos da terceirização na vida não apenas dos trabalhadores, mas de todos os cidadãos da sociedade brasileira;
13. Nessa luta, editar um livro com todos os debates, apresentações e conferências deste seminário, ampliando-o, ainda, com a mesma metodologia adotada para o presente, para todos os estados, buscando integrar nesse debate os trabalhadores terceirizados;
14. Nessa luta, ampliar o processo de produção de material gráfico e vídeos contra a terceirização, aprofundando e ampliando a aliança com o MHUD para atualizar os vídeos feitos em parceria com a ANAMATRA;

15. Nessa luta, construir internamente ao FÓRUM Grupos de Ação como: de Relações Públicas e Institucionais encarregado da articulação com os Poderes da República; de mídia, visando a divulgar o FÓRUM; de mobilização; jurídico e de finanças;
16. Por fim, ampliar o leque das discussões do FÓRUM visando a aprofundar os debates sobre os pressupostos que fundamentam esse processo de intensa precarização do trabalho, como a financeirização no capitalismo contemporâneo e seus impactos na regulação do trabalho, nas formas atípicas de contratação e nas normas de proteção ao emprego, discutir o tripé que fundamenta a economia contemporânea no mundo e em nosso País, com foco na liberalização financeira via Banco Central, na lei de responsabilidade fiscal, no sistema de tributação e de representação sindical, na falta de liberdade para organização no local de trabalho, nas tentativas de deslegitimação e desqualificação dos atores sociais, como os sindicatos e os órgãos fiscalizadores das condições de trabalho.